

Política

CRISE

REAÇÃO DO MILITAR: "ULYSSES É UM VERME"

DESTAQUE

Zona de turbulência

Carlos Chagas

O ex-ministro da Aeronáutica, marechal-do-ar Márcio Souza e Mello, disse ontem ao *Jornal da Tarde* que o presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, "não tem respeitabilidade, é um verme que tem prejudicado este País e, por isso, suas ofensas à Junta Militar de 1969 não merecem sequer ser respondidas".

"Em 40 anos de política profissional, o que ele fez por este País? Não tem credibilidade. É um dos responsáveis por esta situação lamentável em que o País está. Cuida de seus interesses pessoais e não dos interesses do Brasil. Há homens realmente de bem, que apesar de pensarem diferente de nós, merecem nosso respeito, mas não um reles oportunista, um homem preocupado com sua carreira", acrescentou o ex-ministro da Aeronáutica.

Para o marechal Márcio, "Ulysses Guimarães é um inútil, não é um político de dignidade, preocupado em produzir grandes realizações para este País, é um dos verdadeiros responsáveis por esta situação lamentável, realmente lamentável em que o País se encontra".

O marechal afirmou que "uma eleição direta para presidente, com esta máquina partidária que aí está, para onde val levar o País, se não à continuação dos mesmos problemas?"

Gorbatchov

O ex-ministro da Aeronáutica disse que o Brasil precisa de um fato novo, de um homem novo, "de um Gorbatchov, e cito este exemplo simbolicamente, porque reconheço que o sr. Gorbatchov é um fato importante, pela coragem de mudar o que perdurou durante 70 anos".

O marechal Márcio Souza e Mello disse que "o melhor para o Brasil seria que o próximo presidente não fosse um político profissional, envolvido com toda uma verdadeira máquina político-partidária desmoralizada, e o industrial Antônio Ermirio de Moraes seria uma perspectiva, pois ele sim já fez e faz muito por este País".

"Quantos mil empregados ele tem? Quantas famílias vivem através do trabalho destes milhares de empregados? Ele sim, acredito que por não ter projeto político-partidário, por não depender da política, poderá fazer alguma coisa importante por este País. Eleição direta para entregar o País a políticos profissionais, a homens preocupados com seus interesses pessoais e de grupos, pouco adiantará, provavelmente. Será a continuação de tudo que aí está. Mas vejamos bem: minhas críticas à situação atual do Brasil não devem ser vistas como um estado de desânimo em relação ao Brasil", afirmou o ex-ministro.

Já outros militares que falaram sobre as críticas de Ulysses Guimarães à Junta Militar de 1969 afirmaram que "elas foram dirigidas ao público externo, pois o dr. Ulysses sempre procurou ter um bom relacionamento pessoal com militares que se mantiveram no poder de 64 a março de 85".

Um ex-ministro disse que "Ulysses Guimarães e José Richa chegaram até mesmo a pedir favores que foram atendidos na área militar". O mesmo militar disse que se os dois políticos desmentirem estes pedidos, eles poderão ser revelados, para ficar demonstrado que os dois parlamentares não têm hoje coerência quando atacam aqueles que os beneficiaram. O senador José Richa esteve pelo menos uma vez na Aeronáutica, no governo Figueiredo, para solicitar benefícios para amigos do Paraná.

Três patetas? Não é de hoje que as Juntas têm esse apelido.

Não foi a primeira vez que os membros de uma junta militar são chamados de "os três patetas". Ulysses Guimarães provavelmente inspirou-se numa manchete do antigo jornal carioca *Diário de Notícias*, preparada pelo repórter Joel Silveira — hoje secretário de Cultura do governo de Sergipe — atacando os três ministros que se negaram a dar posse a João Goulart depois da renúncia de Jânio.

Esse três ministros — Odílio Denys, da Guerra (o Ministério do Exército só passou a ter este nome depois de 64), Sílvio Heck, da Marinha, e Grum Moss, da Aeronáutica — não tinham status de "junta", pois estava no cargo um presidente civil, Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados.

Dos três ministros militares de 1969, apenas um, o almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, é falecido. E dos três, era considerado como "mais linha dura". Basta dizer que foi signatário de quase todos os atos institucionais, com exceção dos números 2, 3 e 4, outorgados pelo governo Castelo Branco, do qual não fez parte.

Rademaker assinou o ato 1 (juntamente com Costa e Silva, e Francisco Correia de Melo), em nome do "Comando Militar Revolucionário", embora Mazzili estivesse outra vez na Presidência. E no governo Costa e Silva, do qual foi ministro da Marinha, assinou todos os atos institucionais, do número 5 ao número 18. Ao deixar a junta, em outubro de 69, foi premiado com a vice-presidência de Médici. Depois disso, não teve mais participação política.

O brigadeiro Márcio de Souza e Mello também assinou todos os atos do governo Costa e Silva e foi mantido no Ministério pelo novo presidente, general Emílio Médici. Mas não chegaria ao final do governo, sendo substituído, no meio de uma censurada crise militar, pelo brigadeiro da reserva Araripe Macedo.

A versão oficiosa da queda de Márcio foi sua negativa de promover o brigadeiro Roberto Faria Lima, como Médici queria. Mas o que contribuiu para sua queda foi ainda o famoso episódio "Parasar", ocorrido antes do Ato-5. O brigadeiro Márcio tomou partido do brigadeiro Burnier e ganhou muitos adversários dentro da Aeronáutica, um deles o oficial mais prestigiado na Força, o brigadeiro Eduardo Gomes. E foi o grupo de Eduardo Gomes que conseguiu, depois de muita pressão, tirá-lo do governo.

Já o general Lyra Tavares, apesar de chefiar a Força mais poderosa, foi o mais desprestigiado deles. Não conseguiu permanecer em nenhum cargo ou posto importante no governo Médici, tendo que se contentar com a embaixada brasileira em Paris. Nessa ocasião, seu prestígio valeu apenas para garantir sua eleição à Academia Brasileira de Letras, derrotando o poeta Ledo Ivo (hoje finalmente imortal) às custas de versos escritos na mocidade sob o pseudônimo de "Adelita".

Não adianta tapar o sol com peneiras. É uma crise. Não terá sido por preocupação com a imagem de três oficiais-generais que usurparam o poder e golpearam a Constituição, mais do que vinha sendo golpeada, que o ministro do Exército, meteu-se a censurar o presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Pessoalmente, os ministros militares não terão opinião muito diferente da do dr. Ulysses a respeito do papel exercido pelo general Lyra Tavares, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Márcio Mello. Afinal, além de desonrar a farda, assaltando a Presidência da República e mandando prender o vice-presidente Pedro Aleixo, para que não assumisse o lugar do marechal Costa e Silva, aqueles lamentáveis ministros militares de setembro de 1969 não levaram dois meses para receber o repúdio quase geral das próprias Forças Armadas. Haviām engendrado um plano para permanecer no poder enquanto durasse o mandato de Costa e Silva, impedido de governar pela doença. Queriam ficar exercendo a Presidência da República, "interinamente", até 15 de março de 1971. Um horror, apenas ultrapassado pela solução que tiveram de engolir, a de realizar "eleições diretas" entre todos os oficiais-generais do serviço ativo, para a escolha do general Garrastazu Médici como presidente definitivo. Ainda por cima, "garfaram"

aquele pleito singular, pois o vencedor nos quartéis seria o general Afonso Albuquerque Lima.

Fica evidente que o correto ministro militar da nova República foi levado a expedir a nota de ontem por ação ou pressão de suas bases. Pode ter sido infeliz a referência de Ulysses Guimarães à mais recente Junta Militar de nossa História. Não tinha nada que levantar velhos fantasmas. Mas injusta não foi. O mínimo a dizer daqueles generais foi mesmo o que disse. Porque a "decisão que adotaram no seu tempo histórico", lamentável, jamais exprimiu o interesse do Brasil.

Indaga-se, agora, como ficarão as coisas. Mal é claro. Quando o dr. Ulysses Guimarães tiver de assumir outra vez a Presidência da República, como despachará com os três ministros militares? De que maneira, como comandante supremo das Forças Armadas, que será durante qualquer ausência do presidente Sarney do território nacional, sentir-se-á em condições de dar ordens e de ser obedecido?

Muito pior ficou a emenda do que o soneto, nesse poema do absurdo produzido quarta-feira e ontem pela nova República. Porque, vale repetir, para o ministro Leonidas Pires Gonçalves sentiu necessidade de expedir a nota. Necessidade fatalmente baseada no

pensamento de seu pano-de-fundo. Teria bastado a ele, se quisesse lavar a honra de antecessores atingidos, solicitar a um deputado ou senador de sua preferência que subisse à tribuna da Constituinte para contraditar o dr. Ulysses. Se falou, ou melhor, se escreveu, no que terá sido um nítido "pronunciamento" militar, é sinal de que o processo de consolidação democrática atravessa zona de turbulência.

É sempre bom lembrar, já que se fala de um passado de vinte anos atrás, ter sido mais ou menos através de um episódio igual que o País mergulhou no Ato Institucional nº 5. Um jovem deputado, num momento infeliz, e, naquele caso, também injusto, conclamou o povo a não comparecer aos desfiles de 7 de Setembro, no que seria a demonstração de repúdio ao governo militar. Também exortou as donzelas para que não dançassem com cadetes e jovens oficiais, nos bailes da Independência. O resultado foi que, em 48 horas, aquele discurso estava distribuído por todos os quartéis do País, com uma introdução redigida nos ministérios militares, alertando a tropa para "a maneira de como o Congresso tratava as Forças Armadas". Do resto, todos se lembram: o fechamento completo das instituições democráticas, a chegada pelo Congresso, e o início dos anos trágicos de censura, repressão, conflitos e horrores.

Na "marra"? E possível, mas não provável.

Approvar "na marra" a futura Constituição, de forma a que fique pronta em 21 de abril, foi uma "força de expressão" usada pelo presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, na opinião de alguns parlamentares. O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) concorda que a expressão é "uma concessão estranha na boca do dr. Ulysses, que não é dado a esses tipos de frases". A data de 21 de abril é possível, segundo Passarinho, "mas não a mais provável" para



Passarinho e Delfim Netto. Passarinho é promulgador da nova Carta. Para o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Ulysses cometeu um erro ao vincular o fim

dos trabalhos a uma data histórica. "Já se falou em 7 de setembro, em 15 de novembro e, agora, em 21 de abril", lembrou Faria de Sá. "Mas nada disso resolve, porque na marra aqui dentro não se resolve nada." Sem falar em datas, o deputado

Delfim Netto (PDS-SP) prefere falar na disputa pela sucessão presidencial, que ele acredita será mesmo em 1988. E prevê até que estará em campanha. No primeiro turno, segundo ele, Ulysses, Leonel Brizola, Lula e Antônio Ermirio. No segundo, Ermirio e Brizola.

CONSTITUINTE

Apesar dos apelos de Ulysses, faltou quórum.

Um dia depois de anunciar que "a Carta vai sair na marra" o presidente Ulysses Guimarães decepcionou-se e confessou sua tristeza no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, que não conseguiu quórum para reiniciar as votações interrompidas na quinta-feira da semana passada: apenas 233 dos 559 constituintes regressaram a Brasília depois do carnaval. A previsão é de que a votação só será reiniciada na terça-feira, pois hoje e segunda-feira são dias tradicionalmente vazios.

"Pelo menos desta vez os gazeteiros ganharam do marreiteiro", comentou ironicamente um parlamentar, após a verificação de presença exigida pelo deputado Nilzo Sguarezzi (PMDB-PR) "para mostrar quem são os presentes e os ausentes, mesmo sem votação".

O presidente da Constituinte deverá terminar até domingo um estudo que pos-

sibilitará, segundo ele, a agilização dos trabalhos. Através desse estudo, Ulysses pretende saber o que foi votado até agora, o tempo gasto para votação e o consumo no encaminhamento, a duração da digitação e votação no painel eletrônico para depois fazer uma projeção relacionada aos textos que ainda precisam ser votados.

Indenização

O presidente da Constituinte defendeu ontem que na matéria sobre estabilidade no emprego a indenização permaneça no texto constitucional, desde que não sejam eliminadas outras formas de compensação, estabelecidas por lei ordinária. Ulysses recebeu à tarde a emenda alternativa do relator Bernardo Cabral. Depois de considerá-la flexível e interessante, Ulysses afirmou que o texto de Cabral pode ser negociado hoje na reunião com lideran-

ças partidárias.

A emenda do relator estabelece "a garantia de emprego, protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma de lei complementar, que disporá sobre a conversão em indenização compensatória, sem prejuízo de outros direitos".

Quêrcia: 4 anos e reeleição

O governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, em almoço na Câmara com dez deputados da bancada paulista, defendeu ontem a adoção pela Constituinte, do mandato de quatro anos para o presidente da República, com direito à reeleição, na hipótese de manutenção do regime presidencialista, que considerará "ideal" para o País. Ficar a critério da Constituinte, segundo salientou, fixar ou não essa norma para o mandato do presidente Sarney.

Ele rejeitou, contudo, a tese de eleições gerais após a promulgação da futura constituição, dizendo que o mandato dos governadores não está em discussão. "O que está sendo cogitado é o mandato de presidente da República e quem começou essa discussão foi o próprio presidente Sarney, ao abrir mão de um ano de mandato".

Sobre as declarações de Ulysses Guimarães, que se referiu aos ministros da junta militar de 1969 como "os três patetas", Quêrcia afirmou que, pessoalmente, jamais faria declaração como esta.

"Mas o presidente Ulysses Guimarães é um homem suficientemente respeitável e tem responsabilidade para assumir o que disse." Ele se manifestou, ainda, contra qualquer retratação por parte do presidente da Constituinte: "Eu não pediria a ele nenhuma retratação", afirmou.

Negócio da China mesmo é a Carteira Previdenciária de Deputados. Na opinião do professor de Direito Previdenciário Wladimir Novaes Martinez, a Carteira é melhor investimento que os negócios com ouro, dólar e caderneta de poupança. De previdenciária a Carteira não tem nada, assegura Novaes Martinez. Para ele, se trata de uma espécie de carteira de poupança dos deputados e chega mesmo a ser imoral, porque o Estado é obrigado a socorrer sua freqüente deficiência financeira com o uso do dinheiro público para beneficiar uma minoria: ex-deputados e dependentes destes como pensionistas.

Este organismo privilegia deputados que comprem até mesmo um só mandato de quatro anos, desde que este continue contribuindo por mais quatro para a Carteira, tendo assim o direito de aposentar-se com 50% do valor do recebimento total dos deputados em atividade. Lembrou até que deixa aberta a possibilidade de um cidadão se eleger com 20 ou 25 anos, por exemplo, e aos 28 ou 33 anos requerer sua aposentadoria, enquanto um trabalhador comum tem de exercer sua função durante 25, 30 ou 35 anos para se aposentar.

Segundo Novaes Martinez, o Estado terá sempre de continuar ajudando a Carteira Previdenciária de Deputados porque a contribuição de deputados e ex-deputados nunca cobrirá a folha de pagamento da Carteira para com seus beneficiários. A alíquota de contribuição dos deputados e ex-deputados é muito baixa para dar a sustentação necessária para que esta Carteira deixe de ser deficitária. Assim, conforme acentuou, é elitista e imoral porque socorre-se da receita do Estado, que provém da comunidade, para poder sobreviver e não é previdenciária porque os deputados não estão impedidos de contribuir com outras carteiras e podem continuar trabalhando após aposentar-se nela. Portanto, um grande investimento custeado pela comunidade, garantiu Novaes Martinez.

Origem

Foi preocupado com o "desamparo" futuro dos parlamentares que o ex-governador Paulo Egydio Martins acabou criando, em 1975, a Carteira Previdenciária dos Deputados. No projeto de lei que criou essa carteira de aposentadoria — os que hoje estão na ativa têm salários de 350 mil cruzeiros em média — Paulo Egydio Martins justificou a medida com "intensidade dos trabalhos desenvolvidos pelos deputados" e ainda acabou considerando essa iniciativa como de elevado "cunho social".

O caso da aposentadoria dos deputados

Opinião de um especialista: a Carteira Previdenciária dos deputados é um verdadeiro negócio da China.

A preocupação do ex-governador paulista foi tanta que ele até mesmo estendeu os benefícios aos deputados federais que integram a bancada paulista no Congresso Nacional. Mais ainda, Paulo Egydio procurou não se esquecer daqueles deputados não reeleitos e não quis deixá-los no abandono. Abriu as comportas da Carteira: deixou aberta a chance para ex-deputados continuarem contribuindo para obterem os benefícios com o passar dos anos.

Os deputados não acharam ruim o projeto do então governador Paulo Egydio e, "constrangidos", aprovaram a criação da Carteira Previdenciária. Na época havia apenas dois partidos políticos — Arena e MDB. Os deputados desses dois partidos contribuíam com 6% do subsídio fixo — salário — e os ex-deputados com 12% desse mesmo subsídio. E o projeto foi tão generoso que os deputados passaram a ter direito de aposentadoria após contribuírem por 8 anos, recebendo 50% do salário do deputado na ativa. Caso decidissem prosseguir contribuindo com a Carteira por mais 12 anos, teriam então direito à aposentadoria integral.

Foi no governo de Paulo Salim Maluf que a mamata dos deputados passou a ser ainda mais privilegiada. No governo Paulo Egydio, a Carteira por ele idealizada apresentava déficit e o governo acabou injetando verbas para cobrir os rombos. Diante desse quadro, o então governador Paulo Salim Maluf, argumentando que contribuintes tinham os benefícios defasados em relação à remuneração dos deputados, enviou um projeto de lei para resolver a situação.

Maluf determinou o recolhimento de contribuições para a Carteira não mais so-

mente sobre o salário fixo dos deputados, como também juntou a esse recolhimento a parte variável dos subsídios dos parlamentares, como sessões extraordinárias e mais a ajuda de custo. Evidentemente, os benefícios quadruplicaram. Então os deputados e ex-deputados passaram a contribuir com 8% de seus salários incluindo tudo: parte fixa e variável. Os aposentados passaram a contribuir com 16%.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo contribuía com 6% no governo Paulo Egydio, e no governo Maluf passou a contribuir com 8%. Mas mesmo assim, o déficit continuou existindo e os rombos sendo cobertos pelo governo estadual, por intermédio de verbas suplementares.

Investimento

E a Carteira acabou mesmo se transformando num verdadeiro negócio para altos investidores, conforme denuncia o deputado Roberto Gouveia, do PT, que luta pela extinção dessa mamata. "A base para contribuição, que antes se restringia apenas ao subsídio fixo, foi ampliada para o total dos vencimentos, incluindo a parte variável, os pagamentos das sessões extraordinárias e, inclusive, o pagamento da ajuda de custo. A contribuição do Poder Público aumentou, chegando ao absurdo de cobrir no mesmo valor a contribuição mensal dos ex-deputados com quem não tem mais vínculo. Além disso, cobre o rombo anual da Carteira", explicou ele.

E como se não bastasse, no governo Franco Montoro a situação piorou ainda um pouco mais. Montoro preferiu passar o problema para o então secretário de Economia e Planejamento, José Serra. O secretário, admitindo os constantes déficits técnicos e financeiros da Carteira, decidiu: aumentou a contribuição dos deputados para 12%, dos ex-deputados para 24% e ainda instituiu a contribuição de pensionistas de ex-parlamentares. Ou seja, quem algum dia foi deputado pode agora entrar nesse excelente negócio de aposentadoria. "Com as medidas adotadas, a Carteira dos Parlamentares será suficiente para cobrir os gastos mensais com pagamento das pensões na forma da lei." Isso dizia Serra, mas não foi o que aconteceu: novo rombo na Carteira levou o governador Orestes Quêrcia a conceder 36 milhões de cruzeiros recentemente para cobrir outro déficit.

Os deputados se opõem veementemente à extinção dessa privilegiada Carteira, que permite aposentadoria após oito anos recebendo Cr\$ 200 mil.

Valgênio Rangel